Ideologia e direito ambiental ***Ideology and Environmental law*** ***Ideologia y Derecho Ambiental***

Ao refazer o percurso indivíduo-sociedade-Estado, o texto considera o vetor ideológico na criação do Direito, e, por natural via de consequência, no Direito Ambiental. Enfatiza a correspondência entre os direitos humanos e o direito ambiental, visto como um direito dinâmico, cuja precedência deve ser buscada no cidadão e nas comunidades, já que as estruturas jurídico-políticas envernizadas pela ideologia não conseguem atingir aqueles segmentos. Recomenda a ideologização do direito ambiental como forma de transformar o planejamento político em ações efetivas que resgatem os verdadeiros direitos do cidadão.

When reviewing the individual-society-State course, the text considers the ideological vector in the creation of Law and as a natural consequence Environmental Law itself. It emphasizes the confluence between environmental law and human rights that emerges clearly as a dynamic right, the precedence of which must be discovered in the citizen and local communities, since the political and legal structures camouflaged by the ideology do not reach them. It recommends a socio-political re-programming of Environmental Law to transform political planning into effective action to save the true inherent rights of man.

Al hacer el percurso individuo – sociedad – Estado, el texto considera la cuestión ideológica en la creación del Derecho, y por su consecuencia en el Derecho Ambiental. Enfatiza la correspondencia entre los derechos humanos y el derecho ambiental, considerado como un derecho dinámico, cuya origen está en el ciudadano y las comunidades pues las estructuras jurídicas y políticas barnizadas por la ideología no consiguen alcanzar aquellos segmentos. Tiene que envolver el derecho ambiental por la ideología para transformar el planeamiento político en acciones efectivas que resgaten los verdaderos derechos del ciudadano.

Palavras-chave: sociedade, planejamento, direito, responsabilidade social.

Autor:

Prof. Ari Francisco Barbosa Filho

E-mail: arifrancisco@uol.com.br

1 – Fundamentos

Ao se repensar a percepção dicotômica entre o ideológico e o jurídico, evidencia-se a função social do Direito, denunciando o substrato ideológico das relações jurídicas. Embora se tente minimizar a relevância de um direito fundado na natureza humana, e observar-se apenas o direito moldado nos preceitos legais, decorrente da atividade do Estado, o Direito reflete uma conquista sócio-política da humanidade.

A concepção do Direito nas sociedades modernas é aquela que o compreende a partir de preceitos legais, dissociados de um prisma ético-valorativo, isento de perspectiva axiológica, apenas calcado na facticidade. Essa visão, ao relevar apenas juízos de realidade, despreza indicativos cada vez mais evidentes de profundas desigualdades sociais.

O fenômeno factual interpretado sob a ótica do mundo globalizado produz um sistema político em que somente globalizados gozam dos direitos que lhe interessam; de outro, os socialmente excluídos, sem cidadania política, não têm nem direitos nem esperanças. É uma cidadania passiva, entendida como aquela em que ao cidadão são apenas garantidas a proteção e tutela do Estado, sem que efetivamente seja vivenciado este estágio de sociabilidade.

Torna-se imprescindível a retomada de valores que retemam à responsabilidade social, ao compromisso ético-polí-

tico, tendentes a reavaliar a existência de um Direito calcado na relação ser-parecer, realizável no paradigma cartesiano do dever-ser normativo. Retorne-se a noção de que os direitos do homem assumem significação política, são constitutivos de uma forma de sociedade e implicam desqualificação de qualquer sistema social cujas liberdades políticas, civis e individuais sejam negadas. Esses direitos não se conformam na esfera privada de cada um; ao contrário, traçam, à revelia de sua vontade, esquemas de níveis de socialização, do menor gesto individual à mais intensa reivindicação. Somente com a apreensão dos direitos fundamentais torna-se possível o acompanhamento da evolução natural da sociedade, que se moldará à força das novas conquistas, em novos direitos.

Tem-se que a tendência natural e espontânea do homem, do ponto de vista clássico, é buscar formas de associação a outros homens, tornando-se condição fundamental na relação indivíduo, sociedade e Estado. Cada indivíduo, em sua originalidade intrínseca, cria e reflete padrões culturais múltiplos, reproduzindo, aqui e ali, formas de expressão e representação, considerado na esfera do tempo e do espaço. Constrói sua realidade histórico-social e, no contexto de um mundo natural e valorativo, estabelece diferentes formas de convivência societária.

À sociedade cabe expressar uma realidade, ora vista como racional, fruto da cooperação natural dos homens que buscam nela a satisfação de suas necessidades, ora vista como acordo de vontades numa relação contratual aceita ou sob permanente tensão e controle.

O Estado pode ser compreendido como um jogo de papéis e funções, formulado pelo próprio homem, que se interligam, complementando-se numa estrutura sistêmica, fundado na compo-

ção de forças, de interesses de ordem política, social e econômica, principalmente. Situa-se, pois, acima dos conflitos, tendo a missão da preservação da ordem, do bem estar, do consenso e da justiça social. Tem-se, pois, a dicotomia indivíduo x Estado.

2 – Indivíduo e sociedade

Num primeiro momento, assim se pensa, os indivíduos, por vontade própria, uniram-se, criaram regras de convivência, partilharam bens e, mediante um contrato definiram as primeiras noções do Estado. HOBBS (1974, p.78-81) alertava para o fato de que somente a autoridade e a razão refreariam o impulso agressivo e egoísta do homem em seu estado natural e precisaria da organização política da sociedade em que o Estado, visando à segurança e ao bem estar, não encontraria limites de poder. Por outro lado, LOCKE (1973, p. 73) afirmava que o estado natural do homem se volta à igualdade, liberdade e solidariedade e, por consentimento da maioria, o Estado manteria a ordem e o bom equilíbrio dos interesses dos indivíduos. Essa concepção livre e racional do homem consubstanciaria a ideologia do iluminismo político, do *laissez-faire* econômico, onde a interferência do Estado normativo seria mínima. Avançando nessa visão do homem, ROUSSEAU (1978, p. 46, 49,53) demonstrou que a base da sociedade não depende, necessariamente, da natureza boa ou egoísta do homem, mas de um grande contrato social que expressasse o livre acordo de direitos naturais e individuais por direitos civis.

Esses direitos civis compreendem também os direitos sociais alcançando matizes dos direitos de participação política, tendo em conta os interesses diversos dos tutelados, o direito de exigir do Estado a prestação cívico-jurisdicional das condições sociais mínimas de garantia de igualdade entre cidadãos. Não se trata de um novo direito. Pode-se afirmar não ter a sociedade elaborado, no seu devido tempo, mecanismo de aferição de prestação jurisdicional, até porque o Direito, como função social, não permeava todo o tecido, atendo-se apenas às classes que o mantinham ou justificavam.

De certa forma, assiste-se à formação do corpo político ou sociedade civil, a que os gregos chamavam de *polis*. Ela pode ser definida como uma multidão de homens, unidos como uma pessoa, por um poder, para a defesa do benefício comum, ou seja, de interesses diversos a eles pertencentes. A *polis* significava o sentido de liberdade com participação ativa na vida pública, entendida de forma integral a participação plena dos cidadãos nas discussões e deliberações dos assuntos de interesse geral e era isso que os tornava efetivamente cidadãos.

Essa dimensão civil sócio-política significaria participação mais efetiva nas decisões do governo, como forma de fazer valer a devida prestação pelo Estado. O Estado é a realidade da liberdade concreta, que consiste no fato de que a individualidade pessoal e interesses particulares transformam-se em interesses da generalidade. Não se chega a ser um meio, pois é essencialmente um fim. Por esse processo explica-se o surgimento da sociedade civil como um meio de que se vale o Estado para a realização de seus fins específicos, enquanto ente ordenador e prestador das esperanças individuais.

O Estado, qualquer que seja a definição que dele se faça ou a forma como se apresente, é sempre uma organização de poder. É o poder político e também o poder jurídico abrangendo órgãos de força e de coerção. Essa força motora manifesta a concepção de um mundo de teor eminentemente ideológico, cujas representações máximas seriam a Escola, a Igreja e o Estado com seu poder judicante. Decorre daí, inevitavelmente, a interação entre a entidade estatal e ordenamento jurídico, buscando identi-

ficar o Direito e o Estado como realidades distintas, com linhas específicas de realização social.

A sociedade civil contém necessariamente relações estruturais de natureza sócio-econômica que refletem o conjunto de organismos responsáveis por uma rede complexa de atividades em que o indivíduo é, ao mesmo tempo, meio e fim.

Surge a noção de que o fenômeno jurídico antecede ao fenômeno estatal, pois a passagem da sociedade natural para a associação política se materializa na preservação dos direitos naturais, conforme a limitação da ordem coercitiva estatal. Afirma-se a prioridade do Estado sobre o Direito, sendo que o Estado é o criador do Direito e este está subordinado àquele, e mesmo que as normas não sejam estabelecidas pelo Estado, teriam dele a sanção. Quando da infração ou descumprimento de regra jurídica, o Estado entraria em ação, dando aplicação e eficácia ao elemento normativo.

A essa teoria opõe-se Kelsen (1979, p.384/385), sintetizando que o Estado encarna o próprio Direito em determinado nível de ordenação, constituindo um todo único. Em sendo personalidade jurídica, o Estado é a expressão única de uma normatividade jurídica. O Estado, na visão kelseniana, é um estado de Direito, uma comunidade que é constituída por uma ordem normativa que cria órgãos, funcionando segundo princípios racionais de organização de trabalho, dividindo e categorizando tarefas e funções. É uma organização de caráter político que visa não só a coesão e manutenção, mas essencialmente regulamentar o uso da força alicerçada por ordem coercitiva, tipificada pela incidência jurídica. O Estado legitima seu poder pela segurança e pela validade oferecida pelo Direito, que, por sua vez, tem o respaldo garantido pelo Estado.

Entretanto, na complexidade da vida social, não há uma relação humana sem que, necessariamente, não se encontre sob a influência de um indivíduo sobre o outro, ou de um grupo sobre a conduta de outro indivíduo ou mesmo grupo. Advém o conceito de poder como forma de interpretar essas relações formadas e desfeitas em todo grupo social, desde a família, a escola, as organizações e o Estado. Sempre haverá um poder.

No entender de BOBBIO (2000, p.132), o Estado não é o reino da razão, mas o da força, o reino do interesse de uma parte que detém o poder. Essa concepção negativista do Estado não está presente apenas em Marx. Rousseau já antecipara no seu célebre *Discurso Político da Desigualdade*, nos fundamentos da *teoria do bom selvagem* e até mesmo em algumas inserções nos fundamentos do *Contrato Social*.

O poder pode ser caracterizado pelos diversos sistemas de caracterização social para fazer valer as decisões produzidas, já que, como coerção, produz efeitos, podendo resultar da força e da violência. Pode, por isso, configurar-se legítima ou ilegítima, se violar ou preservar os valores dominantes numa determinada organização político-social, a bem dizer, Estado.

Sabe-se também que só o poder controla ou limita outro poder. Pelo saber da ciência política, a tese da divisão de poderes, originada da teoria montesquiana e do sistema de pesos e contrapesos, equilibra a eventual dominação de um poder sobre outro, visto na perspectiva histórica do constitucionalismo moderno. Nada impede, porém, que, em determinados regimes, haja certa concentração de um poder sobre o outro, ou ainda mesmo, que tais poderes formem sistemas interligados para assegurar dominação social.

A eficácia do poder está diretamente vinculada a uma estrutura jurídica que disciplina e consagra o exercício da propriedade, do contrato e da herança, assegurando a reprodução das relações sociais de produção. Se o Direito organiza o jogo do poder do

lado das classes dominantes, também o faz do lado das classes dominadas. Isto que dizer que a natureza social do Direito, quer já como prática, quer seja como discurso, expressa a legitimidade do poder no Estado moderno. Ao realizar-se, desdobra-se no discurso das teorias e doutrinas jurídicas, inscreve-se no campo das ideologias enquanto no discurso da norma que enuncia a função específica de impor modelos de comportamentos.

Entretanto, M. FOUCAULT (1979, p.165) contesta a idéia de um poder unitário centrado exclusivamente no Estado. Seria, antes, o sentido permeante das relações de poder em todo tecido social, estando em toda parte e, ainda que atuando de maneira encadeada, espalha-se por todo organismo social. Algo como uma rede que estende suas malhas por todos os setores, no exercício do poder em todas as instâncias. Também não se pode dizer que o poder esteja sempre associado ao aparelho repressivo do Estado. Talvez seja essa a face mais visível, mas não a única eis que a face burocrática dos governos representa, em última análise, os sistemas de ação e coerção inerentes a todas as formas de governo.

3 - Estado e ideologia

A história social tem demonstrado que se vive num mundo de ideologias. A ideologia está presente em toda parte, como crenças, fundamentações e representações do mundo. Pode-se ver um sentido de ideologia compreendido como um sistema de atitudes integradas como sistemas de idéias relacionadas com a ação, como ordenação de crenças elaboradas e integradas entre si, de maneira mais ou menos coerente para funcionar como guia de ações e comportamentos, para justificar o exercício do poder.

Como componentes dessa história, no final do século XVIII, formaram-se diferentes proposições políticas. A partir dos princípios da Revolução Francesa, criaram-se dogmas de esquerda e de direita, conforme o enfoque dado à ordem social, à distribuição da riqueza, à produção, ao poder político. MARX (1979, p.34/35) foi um dos primeiros a sintetizar o pensamento ideológico assentado na produção e distribuição da riqueza, gerando daí fontes de poder, e, como consequência, os sistemas de dominação.

Na equação marxista, o controle da produção deflagraria o processo de liberdade social, ao largo do poder e da religião, sendo considerada essa visão como utópica da sociedade. Essa forma de representação, apenas no plano da consciência, mascara a realidade fundamental que é de natureza econômica. A classe dominante, através da ideologia de suas ações e comportamentos, ocultaria seus verdadeiros propósitos de se manter no domínio social.

Entretanto, WEBER (1981, p. 34/35), em dissonância, afirma que a questão material não subordina o intelectual e que o fenômeno ideológico decorre de um processo de racionalização que tanto deforma a realidade como incorpora e solidifica suas idéias, tornando-as objetivamente consistentes, verdadeiras e adequadas à realidade que se quer conformar. O poder decorrente é formal, porque estabelecido em bases científicas de comportamentos controlados e previsíveis.

Por outro lado, CHAUI (1996, p.113/114) observa um sentido negativo na ideologia ao perceber uma falsa consciência das relações de domínio entre as classes, como mistificação do conhecimento verdadeiro sobre fatos e a realidade social. Define como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, idéias, valores, e de normas ou regras de conduta que indicam ou prescrevem aos membros da sociedade o que devem, como devem sentir, valorizar e

fazer. Busca dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças a essa divisão na esfera da produção. Com isso tende a oferecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social naqueles referenciais identificadores de todos para todos, a liberdade, a igualdade, a nação. Dessa forma, a ideologia materializa e dá estabilidade, legitimidade e reproduz a ordem estabelecida. É pois, essencial para o funcionamento da sociedade porque constitui um mundo de representações que orienta os homens, mostrando como se relacionam com ele, ainda que desconheçam as realidades políticas, econômicas e sociais em que vivem e deverão viver.

Em assim sendo, a sociedade civil é um sistema de relações sociais que se organiza na produção econômica, nas instituições sociais e políticas e que são representadas ou interpretadas por um conjunto sistemático de conceitos jurídicos, morais, políticos, religiosos e filosóficos. Resulta, dessa forma, em prática social em que as idéias da classe dominante tornam-se idéias de todas as classes sociais. A classe tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual das idéias, fazendo-as circular aquelas verdades ali produzidas, convertendo em direitos, o que se quer conformar como direito, ainda que pertencente apenas a algumas classes.

Como veículo de idéias, o discurso ideológico, no dizer de CHAUI (1996, p. 105) o discurso competente torna-se a linguagem aceita e reconhecida como expressão da verdade real, reproduzindo a prática e desestimulando inovações que possam ser estabelecidas a partir da construção de diferentes realidades. Pode-se dizer que o discurso competente é, na verdade, o discurso do poder, e, como tal, dissimulador de uma institucionalizada dominação.

Para GRAMSCI (1978, p.62/63) a ideologia se constitui na visão de mundo de uma classe hegemônica que dirige e controla todo o aparelho estatal, podendo exercer esse domínio de uma forma racional, organizada, fazendo com que se controlem as massas humanas, possibilitando que as pessoas se movimentem no plano horizontal, tenham consciência de sua posição e lutem para mantê-la, estabilizando e sustentando o bloco social. O papel histórico da ideologia é extremamente significativo, eis que ela se vale de uma série de mitos, símbolos e crenças, para tornar a vida mais relevante, assegurar maior consistência racional em uma ordem necessária e eticamente indispensável. Com isso, justifica-se a realidade que cerca o homem, limitando, mas fazendo-o crer na possibilidade de crescimento e maior bem estar para si e para a comunidade. Desenvolve, por isso, funções de integração social, pacificação dos desejos e realizações individuais, estratificando os homens em sua classe de origem, ascendendo poucos, fazendo deles ícones de possibilidades de crescimento que, na verdade, não oferece.

Pode-se afirmar, também, a existência de uma escolha político-ideológica do Estado para manter a maior parte dos cidadãos distante dos centros de poder. Sob o manto da estrutura da democracia representativa, rejeita-se qualquer procedimento que não seja o procedimento técnico-jurídico estabelecido, por si só, totalmente excludente da grande camada de cidadãos.

De toda maneira, reconhece-se a necessidade da existência do fenômeno ideológico, posto que funciona como legitimação de uma estrutura sócio-econômica que predomina num determinado momento histórico-político de uma sociedade. Poucas sociedades transmudaram-se no sentido de atender às novas demandas sociais, seja na formação de novos grupos de poder,

seja na formação do aparato constitucional isolante e mantenedor da situação reinante.

4- Estado e ambiente

O cotidiano é o espaço onde se desenvolvem as relações humanas submetidas a repetidas condutas e, necessariamente, não visam à satisfação imediata dos homens, mas dão continuidade aos parâmetros sociais estabelecidos, ou seja, o espaço modelado pelo Estado. A consciência do cidadão sobre os direitos relativos ao meio ambiente situa-se na transformação de sua visão histórico-social do mundo, ampliando suas expectativas de realização individual em direção às questões de interesse político-econômicos que conformam as linhas do direito ambiental tal como é posto em cada país.

São necessárias medidas de relevância social rompedoras das limitadas intenções cotidianas que remetam a uma emancipação política mais ampla e acompanhem criticamente o progresso econômico, o desenvolvimento industrial, os avanços da biotecnologia para que se normatizem esses efeitos, já que os desmandos no meio ambiente agem por seus próprios domínios, sem que dele faça parte o indicativo da referência humana. Os avanços biotecnológicos remetem ao valor do ser humano, representando, de fato, a transição do homem rumo a um futuro incerto, ilimitado quanto à investigação científica, porém, conformado ao âmbito da consciência moral de cada um, salvaguardando a dignidade humana, sob o agasalho da sociedade e do Direito.

Os primeiros registros de percepção da natureza como elemento vivo pelo homem datam do século XVI. Consistia apenas numa visão de conhecimento e domínio, de apropriação de possíveis riquezas, tanto na flora quanto na busca do ouro e metais preciosos, moeda importante para o sustento das nações da época.

Com o advento da era industrial, a invenção de máquinas e a descoberta de novos materiais fizeram-se da natureza uma fonte inesgotável de matéria prima e também um local de depósito de sobras e detritos do desenvolvimento que se anunciava.

NAZO e MUKAI (2002, p.71/79) fornecem cuidadoso histórico da legislação ambiental no Brasil Colônia. Desde as Ordenações Afonsinas, sistematizando a legislação do direito ambiental, pontuando as preocupações puramente econômicas da época colonial preponderando sobre a preservação das florestas e suas riquezas. No período imperial, houve avanços importantes, como a rearborização da floresta da Tijuca, ante a ameaça de extinção de seus mananciais que comprometiam o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, então Corte imperial do Brasil. Segue-se o período republicano, cujo indicador máximo é o art. 34, inciso XXIX da Constituição de 1891, ao fixar a competência da União para legislar sobre minas e terras.

Na virada do século, com o aumento do eixo econômico da atividade agrícola e entrada de um fluxo migratório de outras culturas, o meio ambiente, embora ruidosamente devastado, passou a ser visto como um novo valor econômico que até então não tivera. Surge o Dec. 24645 de 10/07/34 protegendo especificamente os animais silvestres; o Dec.24645/34 cria o inovador Código das Águas, resguardando especificamente qualquer atividade agrícola os terrenos próximos dos rios e as nascentes das serras. Ainda no mesmo decreto veio a proibição de exploração de caça e pesca, buscando proteger os períodos de reprodução animal e o *habitat* selvagem das florestas brasileiras. O Dec. Lei 23793/34 criou o primeiro Código Florestal.

A mesma preocupação levou à constituição de 1934 o estabelecimento da competência privativa da União para legislar sobre fauna e caça, admitindo, também, a atuação do Estado. A

Carta de 1937, ainda que sob a moldura do Estado Novo, manteve o mesmo dispositivo. Também a Carta de 1946 resguardava à União a competência quanto à fauna e caça, mas não excluía a competência estadual para agir em matérias que atendessem as peculiaridades regionais.

Nessa primeira fase, já se faziam sentir ações governamentais isoladas, para convencer determinadas culturas, sem fim único de preservação. A segunda fase, mais rica em códigos, amplia a visão ambiental por universo mais abrangente. Datam daí o Código Florestal, Lei 4771/65, Código de Caça, Lei 5197/67, Código de Pesca, Dec. Lei 221/67, Código de Mineração (Dec. Lei 227/67), correspondendo ao período dos governos militares em que o nacionalismo confundia-se com estratégia de governo. O poder do Estado, a tecnocracia estatal produz índices elevados de desenvolvimento e melhora de eficiência governamental com o controle efetivo das áreas do país, sob um conceito mais rígido de soberania.

A Lei 5318/67 criou o Conselho Nacional de Saneamento, dentro da mesma linha de busca de crescimento nacional. Nesse período, pertencentes da mesma visão ideológica, têm-se as leis de Responsabilidade por Danos Nucleares, Lei 6453/77, a Lei de Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição, Lei 6883/80. A década de 80 inaugura o chamado período holístico em que o ambiente passa a ser protegido de maneira integral como um sistema ecológico integrado e com autonomia valorativa.

Nasce a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei 6938/81, a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, Lei 6902/81, devidamente institucionalizadas. O arcabouço constitucional do período apontava para a edição de leis produzidas pela tecnocracia estatal, com reduzida participação do legislativo e das entidades ligadas à questão ambiental.

A Constituição de 1988 inaugura nova perspectiva para o trato ambiental. Estabelecem-se princípios constitucionais, que na clássica definição de BANDEIRA DE MELO (1997, p.573/574) *representam o mandamento nuclear do sistema constitucional, verdadeiro alicerce dele, fundamental que se irradia sobre diferentes normas*. Admite-se que a noção de princípio agasalha um ponto de vista mais amplo, inexistindo referência direta a questões mais objetivas. A norma, que para BARROSO (1998, p.143) se equipara a um princípio, atua de maneira mais pontual, identificando faticamente a situação a ser atingida pelo ordenamento. Tal se dá em relação aos princípios da educação ambiental, englobando o desenvolvimento sustentável, a prevenção e participação, o poluidor-pagador, todos normatizados, fixados pelo *mens legis* do constituinte. Registrem-se como organismos norteadores a criação do IBAMA e o Dec.Lei 7797/89 que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Destaca-se o princípio da defesa do meio ambiente contido no capítulo referente à Ordem Econômica e Social, mais precisamente no art. 170, V da CFRB/88, posto como premissa importante para o desenvolvimento econômico à defesa ambiental. O capítulo básico do meio ambiente, o artigo art. 225, ressalta o dever de preservação, § 1º, incisos I, II, VI e VII, sinalizando o princípio da prevenção, ou seja, medidas de correção de impactos ambientais negativos provocados sobre o meio ambiente.

Além do preceito constitucional, SILVA (1995, p.172), resgata da Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente o princípio da precaução, estabelecendo que, em havendo riscos de dano grave ou irreversível, não deverá ser realizado o empreendimento, ainda que acene com vantagens econômicas.

Medidas efetivas, no plano administrativo vão dar operacionalidade a essa vasta legislação; o mesmo art. 225, § 3º regulamentado pela lei 9605/98, estabelece sanções penais e

administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, complementada pela lei 3179/99, além da lei 7347/85 que disciplina a ação civil pública na apuração de responsabilidades ambientais. Esses preceitos legais apontam, de forma indireta, comportamento na linha do dever-ser, como garantida ao ser humano para conservação da saúde e bem estar, refletindo reta postura frente às questões ligadas ao meio ambiente.

5 – Direito, ideologia e meio ambiente

A tradicional concepção de direitos compreende a contraprestação às obrigações assumidas pelo homem em relação ao Estado do qual é cidadão. Ampliar-se a idéia de sujeito do direito torna possível o alargamento das possibilidades de proteção de todo mundo biótico e não apenas do mundo como residência humana incidental.

O controle social institucionalizado obtém-se com a incorporação da práxis humana como mediação da construção da sociedade. Isto que dizer que o Direito ambiental guarda em sua essência a necessidade de controlar o incontrolável, ou seja, o avanço da ciência, a visão equivocada da sociedade industrial que considera prioritária a equação econômica, minimizando com isso a participação humana de todo esse processo. A manipulação do objetivo econômico como único garantidor da satisfação humana futura, um dos esteios do movimento de globalização, permeia toda discussão política das relações do homem com seu meio circundante.

Em verdade, a busca do desenvolvimento, com base no fator econômico, de aproveitamento de todos os recursos disponíveis, naturais ou industrialmente produzidos, tem encontrado forte amparo nos países subdesenvolvidos, hoje chamados de emergentes. A globalização produz uma intensa transferência de tecnologia que, posta a serviço do lucro, tem gerado menos benefícios que se anuncia ter, apesar da farta legislação de proteção ambiental de que dispõe toda a sociedade.

Essa visão, herança distorcida da concepção liberal, tem como referência um conteúdo mínimo de preservação de alguns direitos, os que mais diretamente interessam, como direito de expressão, livre associação e autonomia da vontade, pressupostos essenciais no chamado direito econômico, fundado nas forças de mercado e, por via de consequência, do afastamento do Estado das questões de cunho social. Privilegia-se a liberdade de competição, a competição da livre iniciativa econômica, nem sempre parceira da iniciativa social.

O direito ambiental, visto como eficiente instrumento do desenvolvimento sustentável, deve ser considerado como um direito supra-individual, na mesma linha dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Cria-se, dessa forma, uma relação intrínseca com os direitos humanos, na medida em que a agressão ao meio ambiente, como espaço onde se expande a vida humana, torna-se efetivamente uma agressão ao direito humano de o cidadão ter seu meio ambiente cuidado e preservado.

A relação entre direitos humanos e direito ambiental pode ser enfocada sob dois aspectos: um pelo compromisso constitucional de preservação do espaço público, como parte da idéia de soberania e controle efetivo do território; outro pela concepção de que um entorno ambiental destruído contribui diretamente para a agressão do direito à vida, à saúde, ao bem estar do cidadão, cujos direitos são constitucionalmente previstos.

Sendo direitos interligados, dependem um do outro para se efetivarem. Se forem violados, um e outro, provocam duplo

desequilíbrio, ambiental e humano. Uma violação ambiental é sempre suficientemente grave também como violação de direitos humanos.

Além disso, frise-se, torna-se um direito difuso, coletivo, pois se manifesta de maneira informal e se dirige a pessoas não identificadas, cuja inobservância é de natureza extensiva e disseminada. Não coincide apenas com o interesse de uma só pessoa, ao contrário, tutela vários seres que têm interesse comum de uma certa qualidade de vida.

Destarte, a superação da sociedade do capital pelo controle do Direito Social seria indicativo da eficácia de um controle institucional sobre o meio ambiente, revigorada pela visão contemporânea do Direito, em que o ser humano passa a ser razão e fim último do ordenamento jurídico. Somente a criação de mecanismos capazes de produzir efeitos jurídicos importantes pode estabelecer limites compatíveis dos notáveis avanços tecnológicos com a grandeza da espécie humana.

A decisão política que se desvincula da participação efetiva dos sujeitos das comunidades envolvidas e incorpora apenas os interesses econômicos inevitavelmente produz destruição ambiental em todos os sentidos, ainda que legalmente produzida.

A questão ambiental deve ser ideologizada em luta ambiental, sinal máximo de alcance da consciência ambiental, através da pressão política sobre as discussões ambientais e a interferência direta por meio jurídico-parlamentar. A centralidade ideológica deve sinalizar o planejamento político das ações humanas que integram a concepção do homem muito mais além do simples sujeito detentor de direitos.

6- Conclusão

O trabalho demonstra a vinculação entre ideologia e direito ambiental, para defender a tese da defesa, preservação e respeito aos direitos humanos, entendidos como gênero da espécie direito ambiental. Constata que a politização das decisões jurídicas, na medida em que a representação popular, ainda carente em nossa sociedade, não é considerada na elaboração do planejamento sócio-político.

Esse novo formato de decisão política se originaria da aceitação de que indivíduo, sociedade e Estado representam um mesmo corpo orgânico. Em razão disso, os direitos daí advindos contemplariam as demandas sócio-ambientais das coletividades, o que não tem ocorrido, notadamente em nossa sociedade. O texto denuncia que nas sociedades modernas a manutenção do discurso liberal, agregado ao pressuposto econômico, fruto do viés capitalista, tem privilegiado as decisões políticas referentes à questão ambiental.

Considera a necessidade de se reformular o planejamento político, trazendo à decisão, maior participação dos cidadãos e da comunidade, como forma de aproximar esse discurso das demandas sociais, fazendo do cidadão sujeito ativo dos direitos, agente efetivo de mudanças.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BARROSO, Luiz Roberto. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. *O Marxismo e o Estado*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- BOMMEIN, Gerd. *Os pensadores*. 5ª edição: São Paulo, Cultrix, 1998.
- _____. *Os filósofos pré-socráticos*. 5ª edição: São Paulo, Cultrix, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHANTEBOUT, Bernard. *Do Estado: uma tentativa de desmistificação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rio, 1986.
- DINIZ, Maria Helena. *A ciência jurídica*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FOUCAULT, François Ewald. *A verdade e as normas jurídicas*. Cadernos da Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro s/d.
- HERMAN, Benjamin, Antonio. *Biodiversidade e patrimônio genético no Direito Ambiental Brasileiro*. 1ª edição. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- _____. Introdução ao Direito Ambiental Brasileiro. *Revista do Direito Ambiental*. Ano 4, nº 14, abril/junho, 1999.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã: forma, poder de um estado eclesiástico*. Coleção dos Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 6ª edição. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- NAZO, Georgette Nacarato e MUKAI, Toshio. *O Direito Ambiental no Brasil*. Revista do Direito Ambiental, nº 20, abril/junho, 2002.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social: Princípios do Direito Político*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- SOUZA, Luís Sérgio Fernandes. *O papel da ideologia no preenchimento das lacunas no Direito*. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- WEBER, Marx. *A ética protestante e o sistema capitalista*. 3ª edição. São Paulo: Pioneira, 1993.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- _____. *Pluralismo Político*. Fundamento de uma nova cultura no Direito. 3ª edição. São Paulo: Alfa Omega, 1997.